Perfil da produção científica brasileira sobre governo eletrônico

Brazilian scientific production profile of electronic government

Albenir Rêgo Barbosa¹

Resumo

O uso da tecnologia nas atividades cotidianas adicionou importância à modernização da Administração Pública por meio da governança eletrônica e proporcionou o surgimento do governo eletrônico. O presente estudo tem o objetivo de conhecer a produção científica brasileira a partir do constructo governo eletrônico do período de janeiro de 2005 a janeiro de 2015. A pesquisa é de natureza bibliométrica, de caráter descritiva e exploratória, por intermédio da análise documental dos dados e a partir de uma amostra de vinte periódicos. Os periódicos selecionados, indexados a partir da base de dados em rede *spell*, reúnem os resultados das pesquisas de 37 publicações. Os resultados demonstraram que existe um importante arcabouço teórico sobre governo eletrônico, a maioria das pesquisas é de análises bibliográficas e estudos de casos, e há uma necessidade de aprimoramento dos instrumentos de governo eletrônico na busca por uma maior eficiência e interação da governança eletrônica.

Palavras-chave: Governo eletrônico. Governança eletrônica. Pesquisa bibliométrica..

Abstract

The use of technology in daily activities added importance to the modernization of public administration through e-governance and provided the emergence of e-government. This study aims to know the Brazilian scientific production concerning the e-government construct at the period from January 2005 to January 2015. The research has bibliometric nature, descriptive and exploratory character, through documentary analysis of the data and from a sample of twenty periodicals. The selected periodicals indexed from the spell network database gather the research results of thirty-seven publications. The results showed that there is an important theoretical framework on e-government, most research is bibliographical analysis and case studies and there is a need for improvement of e-government tools in the search for greater efficiency and interaction of electronic governance.

Key-words: E-government. E-governance. Bibliometric research.

Especialista em Gestão Pública, Contabilidade e Orçamento Público. Administrador, Servidor público Federal. E-mail: albenirbarbosa@hotmail.com

Artigo recebido em: 01 de julho de 2016. Artigo aceito em 06 de abril de 2017.

Introdução

Os processos de estruturação do Estado são instituídos através das políticas públicas. Nesse âmbito, as reformas administrativas são importantes para entender os anseios da sociedade por novos modelos de gestão pública. Medeiros (2004) informa que o governo eletrônico é uma maneira encontrada pela Administração Pública para auxiliar nesses processos de reforma.

O governo eletrônico é um conjunto de atividades relacionadas à dinamização de serviços e informações por meio do uso da tecnologia da informação. Refere-se a uma política de gestão pública em que cidadãos e organizações querem ter acesso ao governo de modo cada vez mais rápido e facilitado (MEDEIROS, 2004).

O Programa de Governo Eletrônico brasileiro tornou-se viável por influência de uma iniciativa anterior, até então não claramente mencionada na literatura, o “*bug* do milênio” (DINIZ et al., 2009).

Nesse contexto, o Comitê Gestor da Internet no Brasil (CG) foi instituído em abril de 1995, com a missão de organizar e supervisionar as funções básicas de infraestrutura para serviços de internet no Brasil, bem como, planejar e encaminhar a sua evolução no futuro, contemplando adequadamente os interesses do setor público, setor privado, e as prioridades científicas e tecnológicas do país (TAKAHASHI, 2000).

Não obstante, o Programa de Governo Eletrônico brasileiro surge apenas em 2000, com a criação do Comitê Executivo de Governo Eletrônico, com o intuito de estabelecer diretrizes e ações de implementação a partir de projetos no âmbito da Administração Pública federal (BRASIL, 2000).

A partir disso, o objetivo geral deste trabalho foi delinear a produção científica brasileira, sobre o tema governo eletrônico, compreendendo 37 publicações do período de janeiro de 2005 a janeiro de 2015, a partir de vinte periódicos indexados na base de dados em rede *spell*. Para responder à questão de pesquisa, qual seja, Como se caracteriza a produção científica brasileira a respeito de governo eletrônico?, foram necessários os seguintes objetivos específicos: i) identificar os principais autores que se dedicam à temática governo eletrônico em suas pesquisas, ii) verificar as principais abordagens teóricas e identificar os métodos e técnicas utilizados e iii) averiguar os

principais avanços nesse campo do conhecimento.

O presente artigo está organizado em cinco seções, incluindo esta introdução. A seguir apresenta-se o referencial teórico, contextualizando-se com os estudos anteriores sobre a temática governo eletrônico. Na sequência, tem-se a abordagem metodológica, e após, os resultados da pesquisa. Na última seção, expõem-se as considerações finais.

2. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNO ELETRÔNICO

2.1. Governo eletrônico e estruturação da Administração Pública

A identificação de novas políticas públicas de reforma administrativa do Estado brasileiro e o uso da tecnologia da informação são fundamentais para o melhoramento da interatividade com cidadãos, empresas e órgãos governamentais (MEDEIROS, 2004). De acordo com Piske (2006), as novas Tecnologias de Informação e Comunicação têm o potencial para melhorar a eficiência na prestação de serviços públicos e privados, melhorar a inserção de empresas locais numa economia cada vez mais globalizada e competitiva, por meio de um relacionamento mais ágil com o governo.

A Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) permeia atualmente as ações humanas, observando-se reflexos dessa presença nos vários segmentos sociais. O rápido desenvolvimento das TICs e sua apropriação pelas pessoas têm provocado mudanças substanciais nas organizações e no trabalho, alterando e transformando a ordem socioeconômica (a educação, a indústria, o comércio, o turismo e as telecomunicações) (MORAES; MEIRELLES, 2014).

O advento da internet e as inovações tecnológicas em comunicações proporcionaram às organizações a possibilidade de migrarem seus sistemas existentes em plataformas convencionais para sistemas com interface web devido à construção de sistemas baseados na internet. A evolução da informática, dos meios de comunicação e da própria internet definiu novos modelos para o relacionamento do Estado com a sociedade, configurando novas estruturas de governança, proporcionando o surgimento do termo governo eletrônico (MEDEIROS; GUIMARÃES, 2005).

Conforme Abranson e Means (2001), governo eletrônico não se restringe à simples automação dos processos e disponibilização de serviços públicos por meio de serviços *on-line* na internet, mas na mudança da maneira como o governo atinge seus objetivos para o cumprimento do papel do Estado. Para Braga et al. (2008), governo

eletrônico significa a utilização de tecnologias da informação e comunicação no âmbito da Administração Pública.

Segundo Mazzei e De Castro (2014), o conceito de *e-government* tem sido identificado como um quesito importante para as reformas da Administração Pública realizadas por diferentes governos. Essas reformas atuam na busca por flexibilização da estrutura burocrática com o objetivo de alcançar melhor eficiência de gestão pública e de atingir melhores desempenhos no que se refere à prestação dos serviços públicos.

Com isso, no Brasil, de acordo com Cunha e Miranda (2013), as políticas de gestão pública ganharam uma ênfase especial, a partir da década de 1990, no escopo das reformas preconizadas pelo movimento da nova Gestão Pública no mundo. Essas políticas e a agenda de modernização da Administração Pública permearam questões relacionadas a relações trabalhistas no âmbito do poder público, na arquitetura organizacional e implementação de novos arranjos institucionais, novos processos de planejamento, implantação de mecanismos de controle e auditoria e novas regras para as compras públicas.

2.2. Governo eletrônico brasileiro

O governo eletrônico – também conhecido como “e-gov” ou “e-governo” – é uma das maneiras encontradas pela administração pública para auxiliar na reforma administrativa e como um meio de serem alcançadas melhores condições de governança – a capacidade do governo de implementar suas políticas públicas (MEDEIROS, 2004). De acordo com Balbe (2010), no Brasil o governo eletrônico amplia-se na segunda metade da década de 1990, passando a existir um maior uso de grandes bancos de dados, tanto para acumular registros quanto para gerenciar informações relevantes.

A partir das novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), entre as quais se destacam a internet, as redes de computadores, a transmissão via satélite e a telefonia móvel, criaram condições para o surgimento de sociedades do conhecimento (BRAGA et al., 2008). Diniz et al. (2009) destacam entre as causas determinantes da adoção das TICs de forma estratégica e intensiva pelos governos em seus processos internos e na melhoria dos serviços públicos prestados à sociedade: o uso intensivo das TICs pelos cidadãos, empresas privadas e organizações não governamentais; outras causas estão associadas às forças provenientes do próprio movimento de reforma do

Estado, da modernização da gestão pública e da necessidade de maior eficiência do governo.

Nesse sentido, o Comitê Gestor da Internet no Brasil surgiu na coordenação de projetos de importância fundamental para o funcionamento e desenvolvimento da internet no país, contribuindo para as discussões sobre políticas públicas, principalmente aquelas voltadas à inclusão digital, por exemplo, o Plano Nacional de Banda Larga, o programa Telecentros Comunitários e o Programa de Governo Eletrônico Brasileiro (BRASIL, 2010).

O Programa de Governo Eletrônico Brasileiro surgiu com a criação do Comitê Executivo do Governo Eletrônico, objetivando estabelecer diretrizes, coordenar e articular as ações de implementação, voltado para a prestação de serviços ao cidadão (BRASIL, 2000). De acordo com Diniz et al. (2009), temas como desempenho, eficiência, eficácia, transparência, mecanismos de controle, qualidade do gasto público e prestação de contas, foram associados ao processo de construção de programas de governo eletrônico na Administração Pública.

Assim, iniciaram-se processos de coordenação e articulação para a implantação de programas e projetos para a racionalização da aquisição e da utilização da infraestrutura, dos serviços, e das aplicações de TICs no âmbito da Administração Pública Federal (BRASIL, 2000).

2.3. Produção científica e governo eletrônico

A governança eletrônica, ou e-governança, inclui o que chamamos de e-administração pública, e-serviços públicos e e-democracia. A definição de e-governança, parte, contudo, do conceito de governança, referindo-se ao exercício da autoridade política, econômica e administrativa, nos assuntos de um país, incluindo a articulação dos cidadãos para a defesa de seus interesses e exercício dos seus direitos e obrigações (CUNHA; MIRANDA, 2013).

Para Bannister e Connolly (2012), existe uma governança estrutural e outra normativa. A primeira refere-se a processos, estrutura, linhas de autoridade, leis, regulamentações, *stakeholders*, formas de comunicação e responsabilidades. A segunda diz respeito ao conjunto de valores relativos à transparência, integridade, honestidade, *accountability*, imparcialidade e eficiência. Para esses autores, a governança eletrônica (ou e-governance) é o uso da tecnologia da informação e comunicação pelos governos.

Nesse contexto, de acordo com Pereira V., Macadar e Pereira A. (2013), existe ainda uma imprecisão do conceito e a simplificação dos processos de desenvolvimento de governo eletrônico no ambiente político e institucional e para essa governança pretendida.

De acordo com Balbe (2010), o poder público ainda não foi capaz de promover a interação efetiva entre os diversos órgãos que compõem a Administração Pública e o compartilhamento de informações entre os três níveis de governo e desses dois conjuntos com a sociedade.

Para Costa, de Castro e Capellozza (2014), o fator social é altamente influente na intenção do uso da tecnologia, bem como, os aspectos relacionados à produtividade consequente do usuário e o senso de utilidade, além da facilidade de interação e domínio da ferramenta. Cunha e Miranda (2013) propõem, por meio dos seus estudos, abordagens metodológicas que deem suporte a uma análise ampla e a uma perspectiva crítica, tanto da produção científica como do uso das TICs pelo Estado e sua aplicação na sociedade por meio de uma agenda.

Damian e Merlo (2013), Diniz et al. (2009) acrescentam a proposição de um modelo instrumental para analisar os serviços de e-gov como necessários para disponibilizar mais serviços com segurança respeitando a privacidade. No que se refere à acessibilidade, os sítios web dos governos estaduais brasileiros, a título de exemplo, não apresentaram mudanças significativas até o ano de 2007 (FREIRE; CASTRO; FORTES, 2009).

Em casos específicos e locais, como informam Funai e Rezende (2011), pode existir uma dificuldade na gestão integrada do governo eletrônico devido às variáveis políticas, técnicas, financeiras e processuais, havendo distanciamento entre a gestão e as expectativas dos cidadãos.

O governo eletrônico, contudo, é visto como uma oportunidade de incrementar a participação da sociedade na gestão pública, mesmo existindo uma falta de regulação para a participação social no processo decisório por meios eletrônicos (GUIMARÃES; MEDEIROS, 2005). Acrescente-se que existe uma necessidade constante de atualização em nível de *hardware* e *software*, de forma a contribuir com a avaliação ou diagnóstico desses elementos essenciais dos sistemas de governo eletrônico (GOMES FILHO et al., 2008).

De acordo com Medeiros e Guimarães (2005), as TICs passaram a ser vistas como a principal ferramenta para iniciativas de modernização do Estado, sendo um caminho para incrementar a governança. Programas de treinamento em governo eletrônico devem ser levados a cabo para diferentes profissionais e as culturas organizacionais precisam ser levadas em consideração quando do aprimoramento do capital organizacional das agências públicas (JOIA, 2009). Sendo que, as instituições públicas sofreram influências de fatores externos na forma de pressões coercitivas, normativas e miméticas para a implementação da prática de governança eletrônica (PEREIRA; MACADAR; PEREIRA, 2013).

Para a institucionalização do governo eletrônico no Brasil, é necessário que sua estrutura legal seja constantemente aprimorada e o tema passe a ser discutido de forma mais ampla (MEDEIROS; GUIMARÃES, 2006). Seria necessário a proposição de um “Índice de Governança Eletrônica-IGEB” para verificar o percentual de práticas de governança eletrônicas implantados pelos Estados brasileiros (MELO; SLOMSKI, 2010)?

A partir disso, como acrescenta Zancanaro et al. (2009), o uso da tecnologia passou a representar na contemporaneidade um dos fatores indispensáveis para alcançar resultados de alto desempenho. O governo eletrônico tem-se empenhado em suprir necessidades individuais, institucionais e regionais da sociedade.

Acrescente-se que, as relações que se estabelecem são fundamentalmente do tipo *government-to-citizen*, sendo o governo emissor e a sociedade o receptor passivo (PINHO, 2008). Existe, conforme evidencia Silva Neto et al. (2008), uma dificuldade de universalização dos serviços de governo eletrônico sem que se busque, também, a universalização do acesso à internet para a inclusão e democratização digital no Brasil.

Dessa forma, ações para o fortalecimento da governança no setor público, como a certificação digital, o portal da transparência, a informatização dos pleitos eleitorais, o pregão eletrônico e o portal da previdência social são exemplos de iniciativas relevantes em nível federal (BRAGA et al., 2008). Apesar disso, existe um panorama de pouco desenvolvimento do governo eletrônico nas administrações municipais em relação às esferas federal e estaduais, sendo que os Estados têm sérios problemas de organização de suas informações básicas e da memória administrativa (ALEXANDRINI; I. PISKI; R. PISKI, 2006; ABRUCIO, 2005).

3. METODOLOGIA

Levando-se em conta o objetivo do estudo, a pesquisa, de natureza bibliométrica tem caráter exploratório, por meio de uma busca na literatura relacionada, objetivando novas perspectivas e ampliação dos estudos já existentes. É também de caráter descritivo por procurar especificar as características e o perfil do fenômeno submetido à análise. Trata-se de um estudo bibliométrico, de caráter descritivo e exploratório (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013).

Em estudos bibliométricos, de acordo com a Lei de Bradford, avalia-se o grau de relevância de periódicos em uma dada área do conhecimento. Na medida em que os primeiros trabalhos sobre um novo assunto são escritos, esses periódicos devem atrair mais trabalhos, para o desenvolvimento da área de assunto. Neste trabalho, procurou-se analisar a evolução de determinada área do conhecimento a partir de uma amostra de periódicos disponibilizados *on-line* (GUEDES; BORSCHIVER, 2005).

Foi selecionada uma amostra de 37 publicações em vinte periódicos com o constructo governo eletrônico e que possuem relação com a questão de pesquisa: Qual a produção científica brasileira sobre governo eletrônico?, conforme apresentado no Quadro 1. As publicações foram identificadas e selecionadas a partir das que possuem o constructo “governo eletrônico” como tema em estudo para a produção científica brasileira publicada no período de janeiro de 2005 a janeiro de 2015.

Com a revisão da literatura sobre governo eletrônico, a coleta de dados foi realizada a partir de análise documental, em periódicos disponíveis em rede na base de dados *on-line spell*, por meio da aplicação do método histórico a uma evidência documentária. O método histórico foi utilizado no tratamento dos dados (RICHARDSON, 2008).

A estratégia de amostra é intencional e aleatória, e a partir de um conjunto de opções possíveis selecionou-se um número limitado de material bibliográfico aleatoriamente. Sequencialmente, foi realizada a triangulação dos dados, por meio de múltiplas fontes e ao longo do período selecionado para a análise (GRAY, 2012).

Quadro 1 – Publicações selecionadas por periódicos

Revista Eletrônica Gestão e Serviços v.8, n. 1, pp. 1785 - 1810, Janeiro/Junho 2017.
ISSN Online: 2177-7284 e-mail: regs@metodista.br

Periódicos	Publicações selecionadas
1. Revista de Administração Pública	9
2. Revista Eletrônica de Sistemas de Informação	5
3. Revista do Serviço Público	3
4. Gestão & Regionalidade	3
5. Organizações & Sociedade	2
6. Administração Pública e Gestão Social	1
7. Cadernos EBAPE.BR	1
8. Contextus – Revista Contemporânea de Economia e Gestão	1
9. Gestão e Sociedade	1
10. <i>Journal of Information Systems and Technology Management</i>	1
11. NAVUS – Revista de Gestão e Tecnologia	1
12. Perspectivas em Gestão & Conhecimento	1
13. RACE: Revista de Administração, Contabilidade e Economia	1
14. Revista Alcance	1
15. Revista Capital Científico – Eletrônica	1
16. Revista da Micro e Pequena Empresa	1
17. Revista de Administração de Empresas	1
18. Revista Eletrônica de Ciência Administrativa	1
19. Revista Gestão & Planejamento	1
20. Revista Pensamento Contemporâneo em Administração	1

Fonte: Elaborado pelo autor

Com o Quadro 1, identifica-se uma amostra ampla de periódicos selecionados abrangendo diferentes focos temáticos. Esses periódicos incluem estudos relacionados à

Revista Eletrônica Gestão e Serviços v.8, n. 1, pp. 1785 - 1810, Janeiro/Junho 2017.

ISSN Online: 2177-7284 e-mail: regs@metodista.br

Administração Pública, administração de empresas, tecnologia da informação, gestão pública e gestão do conhecimento.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Para atender ao objetivo geral do estudo, o presente tópico apresenta os resultados da pesquisa agrupados através de quadros e uma tabela. Com o intuito de responder ao primeiro objetivo específico da pesquisa, foi criado o Quadro 2, a partir da identificação dos autores que se dedicam à temática governo eletrônico. O mesmo quadro procurou responder ao segundo objetivo acerca das principais abordagens teóricas a respeito do tema governo eletrônico para o período especificado de maneira sintética. Cabe salientar que o termo abordagem teórica foi utilizado para informar o referencial teórico identificado nas publicações selecionadas. O Quadro 3 identifica os métodos e técnicas das pesquisas utilizadas nos estudos em referência.

Quadro 2 – Síntese da abordagem teórica

Autores	Abordagem teórica de referência
1. Alves e Souza (2010)	Ferrer (2007); Vaidya, Sajeev e Callender (2006); Graeml e Moron (2009); Ciro Fernandes (2004).
2. Araújo e Souza (2011)	Berners-Lee (2009); BIZER et al. (2009); W3C Escritório Brasil (2010); Diniz (2009).
3. Balbe (2010)	Giddens (1991); Castells (2005); Castells e Himanen (2002); Braga et al. (2008); Diniz et al., (2009).
4. Borba, Petrini e Wiedenhof (2013)	Faria et al. (2010); Walter e Ribeiro (2007); Maia e Oliveira (2008).
5. Braga e Xavier (2011)	Lei Complementar n. 123/06 – Simples Nacional; Tachizawa e Faria (2004); Lemes Junior e Pisa (2010); Kalakota e Robinson (2002).
6. Cerquin	Ruelas e Arámburo (2006); Jardim (2007); Dias (2006);

ho, Tavares e de Paula (2014)	SEIFERT(2003); Bowler Jr. (2010).
7. Costa, de Castro e Capellozza (2014)	Barbosa (2008); McNeal et al. (2003); Koh, Ryan e Prybutok (2005).
8. Cunha e Miranda (2013)	Avgerou (2008); Unesco (2005); Pinho, Iglesias e Souza (2005); Prado et al. (2011).
9. Damian e Merlo (2013)	Lin (2008); Gonçales e Ferreira (2010); Sanchez e Araújo (2003); West (2004).
10. Diniz et al. (2009)	Frey (2000); Peters (1996); Agune e Carlos (2005); Abranson e Means (2001).
11. Ferreira, Medina, Reis (2014)	Nunes, Lucena e Silva (2007); Faria et al. (2011); Almeida (2003).
12. Silva et al. (2014)	Reis (2004); Geron et al. (2011); Oliveira et al. (2012); Maranhão (2010).
13. Freire, Castro e Fortes (2009)	Rezende (2007); Hull (2004); IBGE (2005).
14. Funai e Rezende (2011)	Frey (2002); Ferguson (2002); (Zweers e Planqué (2001); Rezende, Frey e Betini (2003); Chahin et al. (2004).
15. Gomes Filho et al. (2008)	Grönlund e Horan (2004); Soares Jr. e Quintella (2002); Bekkers (2002); Kim e Lee (2006).
16. Guimarães e Medeiros (2005)	Ferguson (2002); Fountain (2001); Medeiros e Guimarães (2003).
17. Joia (2009)	Davenport e Short (1990); Venkatrama (1994); Petyy e Guthrie (2000); Keen (1991).
18. Lima Filho et al. (2011)	Campos (1990); Lavallo e Castello (2008); Pinho e sacramento (2009).
19. Medeiros e Guimarães (2005)	Barzeley (2001); Heeks (2002); Souza (2002).
20. Medeiros e Guimarães (2006)	Machado- et al. (2003); Nações Unidas (2002); Ferguson (2002).
21. Mello e	Streit e Klering (2004); Santiso (2001); Mimicopoulos et

Slomski (2010)	al. (2007).
22. Pereira, Macadar e Pereira (2013)	King et al. (2004); Scott (2008); Yildiz (2007); Gil-Garcia e Luna-Reyes (2006).
23. Pinho (2008)	Joia e Cavalcante Neto (2004); Pinho, Iglesias e Souza (2005).
24. Prado e Loureiro (2006)	United Nations (2005); Castell (1999, 2000, 2001); Abrucio (1998).
25. Rezend e (2007)	Nachmias e Nachmias (1987); Marconi e Lakatos (1996); Gil (1999); O'brien (2001); Kroenke (1992).
26. Santos et al. (2013)	Castells (2003); Valenti, Anta e Bendersky (2003); Denhardt (2012); Sarker (2006).
27. Silva Neto et al. (2008)	Cgi.Br (2006); Medeiros e Aquino (2005); Comissão europeia (2006); Bonavides (1999).
28. Da Silva et al. (2009)	Espinha (2007); Falco e Saar (2007); E-ping (2005); Moura (2004).
29. Soares e Vicente (2009)	Coelho (2001); Cunha (2005); Vaz (2003); Carter e Bélanger (2005).
30. Tramon tin e Borges (2007)	Santos (2003); Sampaio (2001); Albuquerque (2004).
31. Tridapa lli, Fernandes e Machado (2011)	Almeida e Lucena (2006); Carayannis e Popescu (2005); Fernandes (2002).
32. Zancan aro et al. (2009)	Diniz et al. (2009); Schreiber et al. (2002); Nonaka e Takeuchi (1997).
33. Braga et al. (2008)	OCDE(2005); Shah e Shah (2006); Kaufmann, Kraay e Mastruzzi (2007); Pierre Lévy (2004).
34. Alexan drini, I. Piski, R. Piski (2006)	Chadwick (2003); Albertin (2003); Nicolini e Ribeiro (2004).
35. Abrucio (2005)	Abrucio (1998); Arretche (2000); Clad (2000); Zimmerman (1992).

36. Prado et al. (2011)	Agune (2006); Chahin et al. (2004); Oliveira (2006); Keng e Long (2005).
37. Cunha, Frega e Lemos (2011)	Cunha, Annenberg e Agune (2007); Pinho (2008); Munn (1999); Eisenberg (1999).

Fonte: Elaborado pelo autor

Com isso, pôde-se identificar que muitos dos autores de referência são da década passada: 79% (109) dos autores, sendo que 18 autores são da década de 1990, e 11 autores da década vigente, correspondendo a 13% e 8% respectivamente do total de autores em referência identificados nas 37 publicações.

A coleta de dados secundários que compõem a amostra de 37 publicações em vinte periódicos analisados para o período de janeiro de 2005 a janeiro de 2015 com o constructo de pesquisa relacionado identifica a existência de um consenso quanto à utilização do governo eletrônico para o desenvolvimento de atividades na Administração Pública. Esse conjunto que compõe a amostra de periódicos selecionados possui um amplo escopo temático.

A síntese das publicações sobre o tema governo eletrônico analisado demonstra existir uma grande variedade de métodos científicos utilizados, conforme apresentado no Quadro 3. Sequencialmente, a Tabela 1 reúne as principais temáticas de pesquisa relacionadas ao constructo tema deste estudo, identificadas nas publicações e apresentadas por meio de uma distribuição de frequência percentual.

Quadro 3 – Síntese da produção científica sobre governo eletrônico

Pesquisa	Metodologia de pesquisa
1. Compras Eletrônicas Governamentais: uma avaliação dos sites de <i>e-procurement</i> dos governos estaduais brasileiros	Pesquisa descritiva; a natureza da pesquisa é exploratória; os dados foram obtidos através de pesquisa de campo.
2. Aumentando a transparência do governo por meio da transformação de dados governamentais	Metodologia de pesquisa: descritiva; técnica de pesquisa: estudo de caso.

abertos em dados ligados	
3. Uso de tecnologias de informação e comunicação na gestão pública: exemplos no governo federal	Técnica de pesquisa: descritiva através de estudos de casos múltiplos.
4. Adoção da Nota Fiscal Eletrônica: quais os benefícios sob as lentes das organizações?	Pesquisa exploratória; técnica de pesquisa: documental e entrevista estruturada.
5. Impactos da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas no desenvolvimento das compras públicas do Ceará	Estudo de natureza quanti-qualitativa; em relação aos fins é exploratória e descritiva; quanto aos meios é bibliográfica, documental, de campo e <i>ex post facto</i> .
6. Movimento Minas: a participação cidadã Via Internet no Estado de Minas Gerais	Pesquisa qualitativa por meio da netnografia; coleta de dados: observação direta e análise de documentos.
7. Adoção e uso de portais de governo eletrônico no ambiente do sistema nacional de ciência e tecnologia e inovação: um estudo baseado no modelo UTAUT	Pesquisa quantitativa através de técnicas estatísticas; coleta de dados por meio de questionário eletrônico; análise dos dados: técnica de modelagem de equações estruturais.
8. O uso de TIC pelos Governos: uma proposta de agenda de pesquisa a partir da produção acadêmica e da prática nacional	Pesquisa qualitativa; método: ensaio.
9. Uma análise dos sites de governos eletrônicos no Brasil sob a ótica dos usuários dos serviços e sua satisfação	Pesquisa qualitativa; coleta de dados através da análise de conteúdo a partir da análise temática ou categorial.
10. O governo eletrônico no Brasil: perspectiva histórica a partir de um modelo estruturado de análise	Pesquisa qualitativa, baseada na análise documental eletrônica e em entrevistas semiestruturadas.
11. Pregão eletrônico e	Pesquisa de natureza qualitativa e

eficiência nos gastos públicos municipais	quantitativa; coleta de dados: pesquisa documental e questionários; método: estudo de caso.
12. Os impactos da nota fiscal eletrônica nas microempresas e empresas de pequeno porte sediadas em Umuarama/PR	Estudo exploratório; Pesquisa quanti-qualitativa; coleta de dados: pesquisa bibliográfica em livros, artigos científicos e materiais disponibilizados na internet.
13. Acessibilidade dos sítios web dos governos estaduais brasileiros: uma análise quantitativa entre 1996 e 2007	Pesquisa quantitativa, por meio de avaliação automática através de métricas estatísticas de acessibilidade.
14. Governo eletrônico na gestão municipal: avaliação dos serviços eletrônicos da Prefeitura de São José dos Pinhais (PR)	Pesquisa qualitativa através de estudo de caso único longitudinal.
15. Importância do hardware e software em organizações ligadas ao governo eletrônico	Pesquisa qualitativa, descritiva através do método estudo de caso; utilizou a técnica de pesquisa bibliográfica.
16. A relação entre governo eletrônico e governança eletrônica no governo federal brasileiro	Pesquisa descritiva, qualitativa; Método de pesquisa: bibliográfico, documental, em campo e entrevistas.
17. Governo eletrônico e capital intelectual nas organizações públicas	Pesquisa quantitativa; foi desenvolvida a partir do conceito de frame heurístico; os dados foram analisados através de testes estatísticos.
18. <i>Accountability</i> e governo eletrônico: uma análise sobre a participação popular	Pesquisa qualitativa; método de coleta dos dados: <i>survey</i> e revisão da literatura; instrumento de coleta: escala <i>likert</i> .
19. Contribuições do governo eletrônico para a reforma administrativa e a governança no Brasil	Pesquisa qualitativa; foi realizada através da análise de conteúdo a partir de revisão bibliográfica, pesquisa documental

	e de campo e entrevistas semiestruturadas.
20. A institucionalização do governo eletrônico no Brasil	Pesquisa qualitativa; estudo descritivo através da análise de conteúdo.
21. Índice de Governança Eletrônica dos Estados Brasileiros (2009): no âmbito do Poder Executivo	Pesquisa quantitativa; Procedimentos metodológicos: pesquisa bibliográfica; trata-se de um censo.
22. Governança eletrônica sob perspectiva institucional: análise do portal de periódicos da Capes	Pesquisa qualitativa; estudo exploratório; método de pesquisa: estudo de caso.
23. Investigando portais de governo eletrônico de Estados no Brasil: muita tecnologia, pouca democracia	Pesquisa qualitativa; estudo exploratório a partir de estudo de casos múltiplos.
24. Governo eletrônico e transparência: avaliação da publicização das contas públicas das capitais brasileiras	Pesquisa qualitativa; estudo descritivo; método: estudo de casos múltiplos.
25. Planejamento de informações públicas municipais: sistemas de informação e de conhecimento, informática e governo eletrônico integrados aos planejamentos das prefeituras e municípios	Pesquisa qualitativa; estudo descritivo através da proposição de um modelo.
26. Ranking dos tribunais de contas brasileiros: uma avaliação a partir dos padrões web em governo eletrônico	Pesquisa qualitativa; estudo descritivo e exploratório; método de abordagem: dedutivo; métodos quantitativos e qualitativos para análise dos dados.
27. Desafios da inclusão e democratização digital para o Governo Eletrônico no Brasil	Pesquisa qualitativa; estudo descritivo e exploratório.
28. Espaço reúne uma iniciativa de <i>E-Gov</i> em mundos virtuais 3D	Pesquisa experimental a partir de um grupo de observação e um grupo de controle.

29. Divulgação das compras públicas de alimentos para a merenda escolar em municípios catarinenses	Pesquisa qualitativa; estudo descritivo; coleta de dados: secundária.
30. Um caminho para a inclusão digital: o Programa Gesac	Pesquisa quantiquitativa; estudo descritivo e exploratório.
31. Gestão da cadeia de suprimento do setor público: uma alternativa para controle de gastos correntes no Brasil	Pesquisa qualitativa; estudo descritivo e exploratório; técnica de análise dos dados: análise documental.
32. Contribuição do T-Gov à gestão do conhecimento	Pesquisa qualitativa através de pesquisa bibliográfica.
33. O papel do Governo Eletrônico no fortalecimento da governança do setor público	Pesquisa qualitativa através de pesquisa bibliográfica.
34. Prefeitura virtual: a Internet a serviço da comunidade	Pesquisa quantitativa; método de coleta de dados: questionários.
35. Reforma do Estado no federalismo brasileiro: a situação das administrações públicas estaduais	Pesquisa qualitativa; método: análise de conteúdo.
36. Portais de Serviços Públicos e de Informação ao Cidadão no Brasil: uma Descrição do Perfil do Visitante	Pesquisa quantitativa e descritiva.
37. Iniciativas de governo eletrônico: análise das relações entre nível de governo e características dos projetos em casos de sucesso	Pesquisa quantiquitativa; estudo descritivo por meio de estudo de casos múltiplos.

Fonte: Elaborado pelo autor

Identificou-se uma variedade ampla de métodos científicos utilizados. A maioria é de pesquisas qualitativas, correspondendo a mais da metade das publicações (54,05%). Em seis estudos (16,22%) utilizou-se a tipologia de pesquisa quantitativa em suas análises, sendo que em outras quatro publicações (10,81%) identificou-se a tipologia quantiquitativa. Identificou-se também expressamente duas pesquisas como

Revista Eletrônica Gestão e Serviços v.8, n. 1, pp. 1785 - 1810, Janeiro/Junho 2017.

ISSN Online: 2177-7284 e-mail: regs@metodista.br

qualitativas e quantitativas (5,41%). Nas demais publicações a tipologia de pesquisa não foi identificada expressamente, o que representou 13,51% do total.

Tabela 1 – Temas relacionados a governo eletrônico

Tema relacionado	Fre quência	Frequê ncia %
<i>E-procurement</i> – compras através da internet	5	13,51
Dados ligados – dados governamentais abertos	3	8,11
Governo eletrônico –histórico, evolução e características	19	51,36
Uso da nota fiscal eletrônica	2	5,40
<i>Accountability</i> e governo eletrônico	8	21,62
Total	37	100%

Fonte: Dados da Pesquisa

Conforme demonstrado por intermédio da Tabela 1, muitas das publicações trataram diretamente do constructo “governo eletrônico” por meio da apresentação de seu histórico, evolução e características. A necessidade de transparência na administração pública é o segundo tema identificado como mais recorrente nas pesquisas, seguida por “compras através da internet” e “dados governamentais abertos”. O “uso da nota fiscal eletrônica” foi o tema menos recorrente identificado nas publicações analisadas.

Verificou-se, dessa forma, da evolução do tema em análise, um decréscimo no quantitativo de autores com publicações nos periódicos analisados, mesmo sendo identificada uma diversidade de técnicas e análises de dados e do destaque para o histórico, evolução e conceituação do governo eletrônico brasileiro, muito embora o tema em questão seja de importância na evolução da Administração Pública brasileira.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teve como objetivo principal identificar a produção científica brasileira sobre governo eletrônico do período de janeiro de 2005 a janeiro de 2015 a

partir de 37 publicações de vinte periódicos indexados na base de dados em rede *spell*. Os resultados obtidos possibilitaram verificar que a maior parte das 37 publicações selecionadas para este estudo versa sobre o conceito, histórico e evolução do termo governo eletrônico, podendo-se inferir tratar-se de um tema ainda novo na literatura.

De acordo com o objetivo geral do presente trabalho, verificou-se que a produção científica brasileira sobre o constructo governo eletrônico não é incipiente e possui um importante arcabouço teórico relacionado à gestão pública, tecnologia da informação e à busca por uma melhor eficiência dos serviços públicos. O conjunto que compõe a amostra de periódicos selecionados tem um amplo escopo temático.

Adicionalmente, para atender ao primeiro objetivo específico do estudo, foram identificados os principais autores que se dedicam à temática governo eletrônico, o que demonstrou existir uma importante quantidade de diferentes autores que versam em suas pesquisas sobre o tema.

Para atender ao segundo objetivo específico, foram também verificadas as principais abordagens teóricas, o que demonstrou, em sua maioria, existirem estudos que fazem análises bibliográficas e estudos de caso, sendo alguns estudos de casos múltiplos.

Os métodos e técnicas utilizados nas pesquisas, em sua maioria, foram identificados como qualitativos, no entanto, foram identificadas pesquisas quantitativas a partir da análise estatística dos dados.

Finalmente, para atender ao terceiro objetivo específico da pesquisa, os principais avanços identificados nas pesquisas analisadas foram: a necessidade de aprimoramento dos instrumentos de governo eletrônico, maior evidência dos serviços públicos e busca de uma maior eficiência e interação da governança eletrônica a partir do governo eletrônico.

Dessa forma, o presente estudo, apesar das limitações encontradas, como a necessidade de um possível tratamento estatístico dos dados e de uma análise associada a um material bibliográfico adicional, procurou identificar por meio da análise documental dos estudos selecionados como se dá a produção científica brasileira a respeito de governo eletrônico para um período específico, procurando contribuir para o melhor entendimento sobre o governo eletrônico brasileiro.

REFERÊNCIAS

ABRANSON, M.; MEANS, G. E. **E-government 2001 — IBM endowment for the business of government**. Rowman & Littlefield Publishers, 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000164&pid=S0034-7612200900010000300001&lng=pt. Acesso em: 11 dez. 2015.

ABRUCIO, Fernando Luiz. Reforma do Estado no federalismo brasileiro: a situação das administrações públicas estaduais. **Revista de Administração Pública**, v. 39, n. 2, p. 401-420, mar./abr. 2005. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/12158/reforma-do-estado-no-federalismo-brasileiro--a-situacao-das-administracoes-publicas-estaduais>. Acesso em: 11 de dez. 2015.

ALEXANDRINI, Fábio; PISKE, Ingobert; PISKE, Ricardo. Prefeitura virtual: a Internet a serviço da comunidade. **Gestão & Regionalidade**, v. 22, n. 65, p. 64-74, set./dez. 2006. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/21577/prefeitura-virtual--a-internet-a-servico-da-comunidade>. Acesso em: 11 de dez. 2015.

ALVES, Tomaz Rodrigo; SOUSA, Cesar Alexandre. Compras Eletrônicas Governamentais: uma avaliação dos sites de *e-procurement* dos governos estaduais brasileiros. **Revista Eletrônica de Sistemas de Informação**, v. 10, n. 1, p. 1-25, jan./jun. 2011. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/5501/compras-eletronicas-governamentais--uma-avaliacao-dos-sites-de-e-procurement-dos-governos-estaduais-brasileiros>. Acesso em 9 de dez. 2015.

ARAÚJO, Lucas de Ramos; SOUZA, Jairo Francisco de. Aumentando a transparência do governo por meio da transformação de dados governamentais abertos em dados ligados. **Revista Eletrônica de Sistemas de Informação**, v. 10, n. 1, p. 1-15, jan./jun. 2011. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/5503/aumentando-a-transparencia-do-governo-por-meio-da-transformacao-de-dados-governamentais-abertos-em-dados-ligados>. Acesso em: 10 de dez. 2015.

BALBE, Ronald da Silva. Uso de tecnologias de informação e comunicação na gestão pública: exemplos no governo federal. **Revista do Serviço Público**, v. 61, n. 2, p. 189-209, abr./jun. 2010. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/35686/uso-de-tecnologias-de-informacao-e-comunicacao-na-gestao-publica--exemplos-no-governo-federal>. Acesso em: 10 de dez. 2015.

BANNISTER, Frank; CONNOLY, Regina; **Defining e-Governance**. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/259733772_Defining_e-Governance. Acesso em: 18 fev. 2017.

BORBA, Leandro; PETRINI, Maira; WIEDENHOFT, Guilherme. Adoção da Nota Fiscal Eletrônica: quais os benefícios sob as lentes das organizações? **Revista Gestão & Planejamento**, v. 14, n. 3, p. 613-636, set./dez. 2013. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/24384/adocao-da-nota-fiscal-eletronica--quais-os-beneficios-sob-as-lentes-das-organizacoes->. Acesso em: 10 de dez. 2015.

BRAGA, Lamartine Vieira; ALVES, Welington Souza; FIGUEIREDO, Rejane Maria da Costa; SANTOS, Rildo Ribeiro dos. O papel do Governo Eletrônico no fortalecimento da governança do setor público. **Revista do Serviço Público**, v. 59, n. 1, p. 5-21, jan./mar. 2008. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/35770/o-papel-do-governo-eletronico-no-fortalecimento-da-governanca-do-setor-publico>. Acesso em: 11 de dez. 2015.

BRAGA, Reinaldo Marcelo Lima; XAVIER, Fernando Menezes. Impactos da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas no desenvolvimento das compras públicas do Ceará. **Revista da Micro e Pequena Empresa**, v. 5, n. 1, p. 51-67, jan./abr. 2011. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/5884/impactos-da-lei-geral-das-micro-e-pequenas-empresas-no-desenvolvimento-das-compras-publicas-do-ceara>. Acesso em: 10 dez. 2015.

BRASIL. Comitê Gestor da Internet no Brasil. Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR. **TIC Domicílios e Usuários: Pesquisa sobre o Uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação no Brasil**. Disponível em: <http://www.cetic.br/media/docs/publicacoes/>. Acesso em: 7 de dez. 2015.

_____. Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT). **Sociedade da Informação no Brasil**– Livro Verde. Organizado por Tadao Takahashi. Brasília: MCT, 2000.

_____. **Decreto n. 197, de 18 de outubro de 2000**. Cria no âmbito do conselho de governo, o comitê executivo do governo eletrônico, e dá outras providências, 2000. Disponível em: http://www.governoeletronico.gov.br/anexos/E15_90Decreto_de_18_de_outubro_de_2000.pdf. Acesso em: 9 de dez. 2015.

BREGA, José Fernando Ferreira(2012). **Governo eletrônico e direito administrativo**. Doutorado, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2134/tde-06062013-154559/pt-br.php>. Acesso em: 30 de nov. 2015.

CERQUINHO, Kleomara Gomes; TAVARES Wellington; PAULA Ana Paula Paes de. Movimento Minas: a participação cidadã Via Internet no Estado de Minas Gerais. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, v. 4, n. 1, p. 218-236, jan./jun. 2014. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/31452/movimento-minas-a-participacao-cidada-via-internet-no-estado-de-minas-gerais>. Acesso em: 10 de dez. 2015.

COSTA, Érico da Silva; CASTRO, Dagmar Silva Pinto de; CAPPELLOZZA, Alexandre; Adoção e uso de portais de governo eletrônico no ambiente do sistema nacional de ciência e tecnologia e inovação: um estudo baseado no modelo UTAUT. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, v. 13, n. 3, p. 286-300, set./dez. 2014. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/37941/adocao-e-uso-de-portais-de-governo-eletronico-no-ambiente-do-sistema-nacional-de-ciencia-e-tecnologia-e-inovacao-um-estudo-baseado-no-modelo-utaut>. Acesso em: 26 nov. 2015.

CUNHA, Maria Alexandra Viegas Cortez da; FREGA, José Roberto; LEMOS, Iomara Scandelari. Portais de Serviços Públicos e de Informação ao Cidadão no Brasil: uma Descrição do Perfil do Visitante. **Revista Eletrônica de Sistemas de Informação**, v. 10, n. 1, p. 1-19, jan./jun. 2011. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/5498/portais-de-servicos-publicos-e-de-informacao-ao-cidadao-no-brasil--uma-descricao-do-perfil-do-visitante>>. Acesso em: 12 de dez. 2015.

_____. Maria Alexandra Viegas Cortez da; MIRANDA, Paulo Roberto de Mello. O uso de TIC pelos Governos: uma proposta de agenda de pesquisa a partir da produção acadêmica e da prática nacional. **Organizações & Sociedade**, v. 20, n. 66, p. 543-566, jul./set. 2013. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/14625/o-uso-de-tic-pelos-governos--uma-proposta-de-agenda-de-pesquisa-a-partir-da-producao-academica-e-da-pratica-nacional>>. Acesso em: 10 de dez. 2015.

DAMIAN, Ieda Pelógia Martins; MERLO, Edgard Monforte. Uma análise dos sites de governos eletrônicos no Brasil sob a ótica dos usuários dos serviços e sua satisfação. **Revista de Administração Pública**, v. 47, n. 4, p. 877-899, jul./ago. 2013. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/10584/uma-analise-dos-sites-de-governos-eletronicos-no-brasil-sob-a-otica-dos-usuarios-dos-servicos-e-sua-satisfacao>>. Acesso em: 10 de dez. 2015.

DINIZ, Eduardo Henrique; BARBOSA, Alexandre Fernandes; JUNQUEIRA, Álvaro Ribeiro Botelho; PRADO, Otávio. O governo eletrônico no Brasil: perspectiva histórica a partir de um modelo estruturado de análise. **Revista de Administração Pública**, v. 43, n. 1, p. 23-48, jan./fev. 2009. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/2226/o-governo-eletronico-no-brasil--perspectiva-historica-a-partir-de-um-modelo-estruturado-de-analise>>. Acesso em: 10 dez. 2015.

FERREIRA, Marco Aurélio Marques; MEDINA, Silvana Aparecida; REIS, Anderson de Oliveira. Pregão eletrônico e eficiência nos gastos públicos municipais. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 6, n. 2, p. 74-81, abr./jun. 2014. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/29593/pregao-eletronico-e-eficiencia-nos-gastos-publicos-municipais>>. Acesso em: 10 de dez. 2015.

FERREIRA, Vicente da Rocha Soares; TETE, Marcelo Ferreira; FILHO, Antonio Isidro; SOUSA, Marcos de Moraes; Inovação no Setor Público Federal no Brasil na Perspectiva da Inovação em Serviços. In: EnANPAD, 38. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2014. CD-ROM.

FLORES Luiz Carlos da Silva; ROSA, Marcelo Medeiros da; BIANCO, Patrícia; BERNARDO, Fabiano Domingos. Os impactos da nota fiscal eletrônica nas microempresas e empresas de pequeno porte sediadas em Umuarama/PR. **NAVUS – Revista de Gestão e Tecnologia**, v. 4, n. 1, p. 49-63, jan./jun.2014. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/32444/os-impactos-da-nota-fiscal-eletronica-nas-microempresas-e-empresas-de-pequeno-porte-sediadas-em-umuarama-pr>>. Acesso em: 10 dez. 2015.

FREIRE, André Pimenta; CASTRO, Mário de; FORTES, Renata Pontin de Mattos. Acessibilidade dos sítios web dos governos estaduais brasileiros: uma análise quantitativa entre 1996 e 2007. **Revista de Administração Pública**, v. 43, n. 2, p. 395-414, mar./abr. 2009. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/23343/um-caminho-para-a-inclusao-digital--o-programa-gesac>>. Acesso em: 10 dez. 2015.

FUNAI, Marcio Takeo; REZENDE, Denis Alcides. Governo eletrônico na gestão municipal: avaliação dos serviços eletrônicos da Prefeitura de São José dos Pinhais (PR). **Gestão & Regionalidade**, v. 27, n. 80, p. 15-29, mai./ago.2011. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/3335/governo-eletronico-na-gestao-municipal--avaliacao-dos-servicos-eletronicos-da-prefeitura-de-sao-jose-dos-pinhais--pr->>>. Acesso em 11 dez. 2015.

GOMES FILHO, Antonio Costa; FERREIRA, Marcus Vinícios; MACEDO, Michael Kramer Borges de; IGARASHI, Wagner; TODESCO, José Leomar. Importância do hardware e software em organizações ligadas ao governo eletrônico. **Revista Capital Científico – Eletrônica**, v. 6, n. 1, p. 127-144, jan./dez. 2008. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/32991/importancia-do-hardware-e-software-em-organizacoes-ligadas-ao-governo-eletronico>>. Acesso em: 10 dez. 2015.

GRAY, D. E. **Pesquisa no mundo real**, 2. ed. Porto Alegre: Penso, 2012.

GUIMARÃES, Tomás de Aquino; MEDEIROS, Paulo Henrique Ramos. A relação entre governo eletrônico e governança eletrônica no governo federal brasileiro. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 3, n. 4, p. 1-18, out./dez. 2005. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/10761/a-institucionalizacao-do-governo-eletronico-no-brasil>>. Acesso em 11 dez. 2015.

JOIA, Luiz Antonio. Governo eletrônico e capital intelectual nas organizações públicas. **Revista de Administração Pública**, v. 43, n. 6, p. 1379-1405, nov./dez. 2009. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/2381/governo-eletronico-e-capital-intelectual-nas-organizacoes-publicas>>. Acesso em 11 dez. 2015.

LIMA FILHO, Raimundo Nonato; SIMÕES, Paulo Everton Mota; SILVA, Mateus Santos da; CHAGAS, Suraya Brito. Accountability e governo eletrônico: uma análise sobre a participação popular. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, v. 5, n. 2, p. 17-32, mai./ago. 2011. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/30890/accountability-e-governo-eletronico--uma-analise-sobre-a-participacao-popular>>. Acesso em: 26 nov. 2015.

MAZZEI, Bianca Burdini; DE CASTRO, André Luis; Governo eletrônico – A transparência no Governo do Estado do Paraná. In: EnANPAD, 38. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2014. CD-ROM.

MEDEIROS, Paulo Henrique Ramos (2004). **E-gov no Brasil**: aspectos institucionais e reflexos na governança. Mestrado, Universidade de Brasília (UnB), Brasília. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/1544>>. Acesso em 7 de dez. 2015.

_____. Paulo Henrique Ramos; GUIMARÃES, Tomás de Aquino. A institucionalização do governo eletrônico no Brasil. **Revista de Administração de Empresas**, v. 46, n. 4, p. 66-78, out./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/10761/a-institucionalizacao-do-governo-eletronico-no-brasil>>. Acesso em: 11 dez. 2015.

_____. Paulo Henrique Ramos; GUIMARÃES, Tomás de Aquino. Contribuições do governo eletrônico para a reforma administrativa e a governança no Brasil. **Revista do Serviço Público**, v. 56, n. 4, p. 449-464, out./dez.2005. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/35833/contribuicoes-do-governo-eletronico-para-a-reforma-administrativa-e-a-governanca-no-brasil>>. Acesso em: 11 dez. 2015.

MELLO, Gilmar Ribeiro de; SLOMSKI, Valmor. Índice de Governança Eletrônica dos Estados Brasileiros (2009): no âmbito do Poder Executivo. **Journal of Information Systems and Technology Management**, v. 7, n. 2, p. 375-408, mai./ago. 2010. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/3627/indice-de-governanca-eletronica-dos-estados-brasileiros--2009---no-ambito-do-poder-executivo>>. Acesso em: 11 dez. 2015.

MORAES, Gustavo Hermínio Salati Marcondes de; MEIRELLES, Fernando de Souza; Adoção de Governo Eletrônico no Brasil: A perspectiva do usuário do programa Nota Fiscal Paulista. In: EnANPAD, 38. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2014. CD-ROM.

NETO, José Moreira da Silva; SILVA, Ivanda Soares da; CANTO, Jorge Alberto Elarrat; RIBEIRO, Ricardo Plácido; RAMALHO, Rita de Cássia Rocha; MELO, Rubem Pinto de. Desafios da inclusão e democratização digital para o Governo Eletrônico no Brasil. **Gestão e Sociedade**, v. 2, n. 3, p. 1-10, jan./jun. 2008. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/10443/desafios-da-inclusao-e-democratizacao-digital-para-o-governo-eletronico-no-brasil>>. Acesso em: 11 dez. 2015.

PEREIRA, Gabriela Viale; MACADAR, Marie Anne; PEREIRA, Vanessa Marques. Governança eletrônica sob perspectiva institucional: análise do portal de periódicos da Capes. **Contextus – Revista Contemporânea de Economia e Gestão**, v. 11, n. 2, p. 53-75, jul./dez. 2013. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/25508/governanca-eletronica-sob-perspectiva-institucional--analise-do-portal-de-periodicos-da-capes>>. Acesso em: 11 dez. 2015.

PINHO, José Antônio Gomes de. Investigando portais de governo eletrônico de estados no Brasil: muita tecnologia, pouca democracia. **Revista de Administração Pública**, v. 42, n. 3, p. 471-493, mai./jun. 2008. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/2222/investigando-portais-de-governo-eletronico-de-estados-no-brasil--muita-tecnologia--pouca-democracia>>. Acesso em: 11 dez. 2015.

PRADO, Edmir Parada Vasques; SOUZA, Cesar Alexandre de; RAMALHO, Neilson Carlos Leite; CUNHA, Maria Alexandra Viegas Cortez da; REINHARD, Nicolau. Iniciativas de governo eletrônico: análise das relações entre nível de governo e características dos projetos em casos de sucesso. **Revista Eletrônica de Sistemas de**

Informação, v. 10, n. 1, p. 1-22, jan./jun. 2011. Disponível em:
<<http://www.spell.org.br/documentos/ver/5502/iniciativas-de-governo-eletronico--analise-das-relacoes-entre-nivel-de-governo-e-caracteristicas-dos-projetos-em-casos-de-sucesso>>. Acesso em: 12 dez. 2015.

PRADO, Otávio; LOUREIRO, Maria Rita Garcia. Governo eletrônico e transparência: avaliação da publicização das contas públicas das capitais brasileiras. **Revista Alcance**, v. 13, n. 3, p. 355-372, set./dez. 2006. Disponível em:
<<http://www.spell.org.br/documentos/ver/23940/governo-eletronico-e-transparencia--avaliacao-da-publicizacao-das-contas-publicas-das-capitais-brasileiras>>. Acesso em: 11 dez. 2015.

REZENDE, Denis Alcides. Planejamento de informações públicas municipais: sistemas de informação e de conhecimento, informática e governo eletrônico integrados aos planejamentos das prefeituras e municípios. **Revista de Administração Pública**, v. 41, n. 3, p. 505-536, mai./jun. 2007. Disponível em:
<<http://www.spell.org.br/documentos/ver/11848/planejamento-de-informacoes-publicas-municipais--sistemas-de-informacao-e-de-conhecimento--informatica-e-governo-eletronico-integrados-aos-planejamentos-das-prefeituras-e-municipios>>. Acesso em: 11 dez. 2015.

RICHARDSON, Roberto Jarry; **Pesquisa social: métodos e técnicas/** Roberto Jarry Richardson; colaboradores: José Augusto de Souza Peres... (et al.), 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SANTOS, Herman Resende; TONELLI, Dany Flávio; Possibilities and Limits of E-participation: A Systematic Review of E-democracy. In: EnANPAD, 38. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2014. CD-ROM.

SANTOS, Paloma Maria Santos; BERNARDES, Marciele Berger; ROVER, Aires José; MEZZARROBA, Orides. Ranking dos tribunais de contas brasileiros: uma avaliação a partir dos padrões web em governo eletrônico. **Revista de Administração Pública**, v. 47, n. 3, p. 721-744, mai./jun. 2013. Disponível em:
<<http://www.spell.org.br/documentos/ver/10120/ranking-dos-tribunais-de-contas-brasileiros--uma-avaliacao-a-partir-dos-padroes-web-em-governo-eletronico>>. Acesso em: 11 dez. 2015.

SILVA, Cintia Ramalho Caetano da; TAVARES, Thiago Cortat; GARCIA, Ana Cristina Bicharra; NOGUEIRA, Jose Luiz Thomasseli. Espaço Reuni- uma iniciativa de E-Gov em mundos virtuais 3D. **Revista Eletrônica de Sistemas de Informação**, v. 8, n. 1, p. 1-12, jan./jun. 2009. Disponível em:
<<http://www.spell.org.br/documentos/ver/5461/espaco-reuni--uma-iniciativa-de-e-gov--em-mundos-virtuais-3d>>. Acesso em: 11 dez. 2015.

SOARES, Laura Letsch; VICENTRE, Ernesto Fernando Rodrigues. Divulgação das compras públicas de alimentos para a merenda escolar em municípios catarinenses. **Gestão & Regionalidade**, v. 27, n. 80, p. 30-44, mai./ago. 2011. Disponível em:
<<http://www.spell.org.br/documentos/ver/3336/divulgacao-das-compras-publicas-de>>

alimentos-para-a-merenda-escolar-em-municipios-catarinenses>. Acesso em: 11 dez. 2015.

TRAMONTIN, Adriane; BORGES, Djalma Freire. Um caminho para a inclusão digital: o Programa Gesac. **Organizações & Sociedade**, v. 14, n. 42, p. 167-184, jul./set., 2007. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/23343/um-caminho-para-a-inclusao-digital--o-programa-gesac>>. Acesso em: 11 dez. 2015.

TRIDAPALLI, Juarez Paulo; FERNANDES, Elton; MACHADO, Waltair Vieira. Gestão da cadeia de suprimento do setor público: uma alternativa para controle de gastos correntes no Brasil. **Revista de Administração Pública**, v. 45, n. 2, p. 401-433, mar./abr. 2011. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/2410/gestao-da-cadeia-de-suprimento-do-setor-publico--uma-alternativa-para-controle-de-gastos-correntes-no-brasil>>. Acesso em: 11 dez. 2015.

ZANCANARO, Airton; NUNES, Israel Honorino; MOTA, Jéssica Romeiro; SILVEIRA, Roberto Martins; FIALHO, Francisco Antônio Pereira. Contribuição do T-Gov à gestão do conhecimento. **RACE: Revista de Administração, Contabilidade e Economia**, v. 8, n. 2, p. 355-372, jul./dez. 2009. Disponível em:<<http://www.spell.org.br/documentos/ver/37645/contribuicao-do-t-gov-a-gestao-do-conhecimento->>. Acesso em: 11 dez. 2015.